

CENTRO E PERIFERIA

A percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416)

Pedro Picoito

há os sem pão e os sem sobremesa
e até sem português questão antiga
(Ruy Belo, *Transporte no Tempo*)

Introdução: o presente e o passado

Durante aquilo a que poderíamos chamar o longo século XIV, e acompanhando um processo de identificação do todo e de construção da identidade nacional hoje bem conhecido nos seus traços gerais,¹ o embrionário Estado português dedicou-se também a um processo de composição das partes que o constituíam, numa leitura do espaço tendente a distinguir centro e periferias.²

Sabe-se, até pela experiência de acontecimentos recentes, como é difícil definir as regiões portuguesas e, nesse ponto, geógrafos, historiadores, antropólogos, linguistas e mesmo políticos estarão, por uma vez, todos de acordo. Orlando Ribeiro delineou, há já 60 anos, o conhecido e influentíssimo paradigma das três grandes divisões regionais portuguesas, mas subdividiu esse quadro monumental em vinte e três "unidades de paisagem".³ José Mattoso acrescenta que "as divisões regionais portuguesas têm uma marca muito mais política do que cultural. Os vínculos culturais que aparentemente justificariam a repartição do país em áreas regionais parecem extremamente ténues".⁴ Para João Pina Cabral, "o Algarve é a única região cujas fronteiras não são disputadas (...). Em todos os outros casos, mesmo quando as classificações administrativas tentaram reproduzir as categorias de identidade social historicamente legitimadas (...) não puderam deixar de levantar problemas, pois estas categorias de identidade social serão sempre categorias (i.e. unidades conceptuais) e não territórios (i.e. unidades territorialmente definidas). Ou seja, correspondem a territórios mas apenas de uma forma vaga."⁵ Fenómeno que os trabalhos de dialectologia de Luís Filipe Lindley Cintra, entre outros, também vieram comprovar.⁶ Vítor Constâncio conclui que em Portugal "não existem critérios científicos para definir as regiões".⁷

Ao mesmo tempo, e um pouco paradoxalmente, não há também ninguém que não se atribua, apesar do sucesso centralizador de um Estado com 900 anos e sem concorrentes sérios, uma qualquer identidade regional. Mais ou menos conscientes, mais ou menos militantes, mais ou menos variáveis de acordo com a

Pedro Picoito é bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

história e a geografia — mas sempre vivas —, Orlando Ribeiro chama-lhes “unidades sentimentais”.⁸

Isto acontece porque a região é um “espaço vivido” — assim se intitulava, nos anos 70, um livro célebre de Armand Fremont⁹ — e porque a sua territorialidade — concretiza Marcel Roncayolo — “é mitológica”: “forma-se apenas em parte pelos dados imediatos e deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstractas, de desenhos ou mapas, de representações simbólicas”.¹⁰

Como se passariam as coisas na Idade Média? Descobrir-se-ão aí os antecedentes de tal paradoxo identitário? De momento, parece difícil responder à questão porque os elementos disponíveis nunca (ou quase nunca) nos dão a indispensável perspectiva regional das populações. Mesmo quando vinculam claramente a sua razão de ser a um espaço, as fontes de que nos poderíamos servir (toponímia, cartas de foral, actas de vereações, capítulos de cortes, heráldica e sigilografia concelhias, lendas das origens locais) não ultrapassam uma dimensão quase paroquial.

A fraca visibilidade ou a pura e simples inexistência de um grau intermédio entre o poder central, de um lado, e os poderes locais entregues à nobreza, aos concelhos ou à Igreja, do outro, explica a correspondente ausência de uma produção simbólica e legal de cunho regionalista. Já foi dito e redito que em Portugal, exceptuando os casos recentes da Madeira ou dos Açores, nunca as províncias dispuseram da autonomia política e da consciência cultural das espanholas ou mesmo das francesas, que Braudel vê “erichadas de contra-poderes”, com os seus parlamentos e funcionários próprios, até que o igualitarismo centralizador de 1789 venha pôr fim a todos os privilégios.¹¹ Razões que ajudam a explicar a abundância de monografias sobre o assunto numa época em que, dos dois lados dos Pirinéus, a Europa das regiões procura as suas raízes em solo mais profundo do que o Estado-nação.

Entre nós, pelo contrário, à rarefacção de fontes juntou-se a rarefacção de estudos, e isto não só no âmbito da história mas também no das outras ciências sociais. Oxalá a promissora antropologia do espaço, que tão bons resultados nos tem oferecido na investigação de identidades locais e mesmo de bairro,¹² venha a alargar o terreno do seu inquérito em trabalhos futuros.

Entretanto, e voltando ao passado, pode dizer-se que apenas a documentação produzida pela Igreja foi até agora tratada na perspectiva do ordenamento regional.¹³ O que se compreende, tendo em conta a sua antiguidade, a sua abundância relativa e a sua qualidade técnica, factores tão apelativos para os historiadores de hoje como para os poderosos de ontem. Com efeito, todos os reinos cristãos envolvidos na Reconquista tiveram a preocupação permanente de restaurar as velhas divisões diocesanas, herdadas das ainda mais velhas circunscrições do Império romano, mesmo quando elas não coincidiam com as fronteiras nacionais. Prova da resistência de uma memória administrativa capaz de sobreviver às mais variadas conjunturas políticas, por um lado, e prova, também, da importância do enquadramento religioso para um poder central ainda incipiente.

Não sendo tal domínio, no entanto, o da nossa problemática, temos de a limitar às fontes produzidas por esse mesmo poder central — ou, antes, pelo poder a

caminho de se tornar central. A distinção não está a mais porque é o esforço secular por se impor aos outros grupos sociais que proporciona à Coroa um olhar comparativo sobre o território português e que, portanto, faz nascer politicamente o mapa regional que hoje conhecemos. Esta é, pelo menos, a tese de Suzanne Daveau e José Mattoso: não existindo identidades provinciais com sólido fundamento geográfico, étnico ou histórico, teria sido o Estado a criá-las administrativamente para melhor dominar espaços e populações.¹⁴

Não surpreende, portanto, que os testemunhos mais indicados para discernir a percepção das regiões no Portugal medievo — pelo menos na perspectiva “centralista” que aqui nos interessa — tenham origens e intenções marcadamente institucionais e estejam profundamente ligados à vida política da corte.

O primeiro que vamos analisar, o testamento de D. Dinis de 1299, e o segundo, o elenco das comarcas que na chancelaria dionisina ganham progressiva oficialização, nascem numa conjuntura fortemente afirmativa da monarquia portuguesa. No espaço de alguns decénios, os seus titulares concluem a mítica empresa da Reconquista cristã no Ocidente peninsular (conquista de Faro em 1249), impõem a uma nobreza ainda pouco dócil sucessivas campanhas de inquirições que visam não só defender o património régio como evidenciar o poder que o assegura (1284, 1288-89 e 1301-07), e estabilizam as sempre difíceis fronteiras com o vizinho castelhano (tratado de Alcanizes em 1297) na sequência dos esforços diplomáticos pelo reconhecimento da posse do Algarve (tratado de Badajoz em 1267).

Ao mesmo tempo, a burocracia da casa real conhece um progresso qualitativo e quantitativo que nos permite apurar com fiabilidade, através da leitura da produção documental, os itinerários dos soberanos portugueses a partir de Afonso III (1245-79). Estudados e publicados nos últimos anos por diversos historiadores, os caminhos seguidos pela corte na sua necessária itinerância constituem um indicador precioso da imagem que tem do conjunto do território quem se ocupa do seu governo. E por isso serão também alvo da nossa atenção.

A última fonte de que se servirá este trabalho, o chamado *De Ministerio Armorum* ou *Livro de Arautos*, é a única que se apresenta sob a forma literária, mais concretamente sob a forma de um tratado de heráldica patrocinado por D. João I em 1416. Há nesta obra, como veremos, um claro desígnio político, denunciado pelo momento nada inocente em que é escrita — apenas um ano depois da conquista de Ceuta — e pela audiência internacional a que se dirige — o conjunto das nações europeias presentes no Concílio de Constança. Trata-se, pois, de um instrumento de propaganda da nova dinastia de Avis no contexto de uma expansão africana que, apresentada embora como a continuidade natural da guerra ao Infiel na outra margem dos Algarves, não colheria apenas aplausos entre as monarquias da Cristandade. Daí a evidente preocupação deste texto latino (diplomacia *oblige...*) em exaltar tanto o monarca que ascendera ao trono apesar da bastardia, da guerra civil e da invasão estrangeira, como o reino por ele herdado e providencialmente protegido por Cristo desde o parto violento às mãos de sete reis mouros. Alguns séculos depois, certo de sobreviver no território natal e forte para se lançar à aventura ultramarina, o jovem Estado português anunciava ao mundo uma visão geopolítica que era também um discurso literário. Registo da primeira narrativa conhecida do

milagre de Ourique e da mais antiga corografia do conjunto do País, pode dizer-se que a influência do *Livro de Arautos* sobre a mitologia nacional chegou até aos dias de hoje.

Na origem, um testamento

Recuando no tempo, contudo, "a primeira vez que se exprime com certa clareza a divisão do reino em grandes regiões sem recorrer às denominações de origem eclesiástica é, que se saiba, o testamento de D. Dinis de 1299".¹⁵ Um documento directamente emanado da Coroa, portanto, e que ao nomear os concelhos representados numa eventual comissão de regência os agrupa em "d'antre Douro e Minho", "d'antre Douro e Mondego", da "Beira", da "Estremadura" e "d'antre Tejo e Odiana e de Moura e Serpa".

Esta enumeração contém duas particularidades importantes.

Em primeiro lugar, o Algarve não aparece. Conquistado ao Islão havia apenas meio século, legalmente disputado entre Portugal e Castela até 1267, estruturado em torno das suas cidades marítimas com fortes hábitos de autonomia e intensos contactos com o Magrebe e a Andaluzia, isolado do resto do País por extensas serranias, trata-se — de facto e de direito — de um reino à parte, de um terreno controlado, mas de pouca confiança.¹⁶

Em segundo lugar, note-se o papel dos principais rios no ordenamento das fronteiras regionais.

O Guadiana parece dividir o actual Alentejo em dois subterritórios (na margem esquerda Moura e Serpa, na margem direita "antre Tejo e Odiana"), embora eles se unam sob o mesmo nome composto. Não esqueçamos que a presença portuguesa na margem esquerda tinha sido muito marcante até 1297 — escassos dois anos antes deste documento —, data em que o tratado de Alcanizes entrega definitivamente a Castela as povoações de Aroche, Aracena, Valencia, Esparregal e Aiamonte.

De modo semelhante, o facto de Minho e Trás-os-Montes se situarem na mesma margem do Douro leva a que uma designação única as conjugue, inclusivamente como se ambas tivessem idênticos confins a norte. Muito embora entre ambas se elevem as barreiras montanhosas do Gerês e do Marão e cada uma possua clara identidade própria, derivada tanto da influência singularizante da geografia como das estreitas relações transfronteiriças com a Galiza, no caso do Minho, e com Leão, no caso de Trás-os-Montes.¹⁷

No centro é o Mondego que serve de limite nominal, separando o litoral a norte de Coimbra ("antre Douro e Mondego") do litoral a sul desta cidade ("Estremadura"). Separação que o futuro só muito vagamente consagraria, pois, como aponta Suzanne Daveau, "a província que teve o contorno mais flutuante foi, de longe, a Estremadura, que coincidiu sempre com o eixo de desenvolvimento mais activo do País",¹⁸ atraindo populações diversas, sem homogeneidade cultural e instaladas

num meio natural aberto a todas as influências vizinhas. Aliás, a fronteira setentrional que a etimologia denuncia (a extrema do Douro) não se perdeu na memória do poder e o nome, mesmo sem corresponder sempre a uma área estável e sem ter a difusão popular dos outros, permaneceu na gramática administrativa e judicial do Estado português até à criação dos distritos em 1836.¹⁹

A "Beira", no interior, constitui a única excepção ao quadro que temos vindo a traçar, já que aqui o Mondego não separa, mas parece servir, pelo contrário, de eixo unificador a uma vasta zona em que a massa da Cordilheira Central contribuiria certamente para dificultar as comunicações.

A consagração pública: as comarcas

Não seria preciso esperar muito para que surgisse a primeira divisão oficial do território português, também no reinado de D. Dinis, com a progressiva institucionalização de seis comarcas: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Além-Tejo (ou Entre-Tejo-e-Odiana ou apenas Odiana) e Algarve (ver mapa 1). Estas comarcas correspondiam a circunscrições simultaneamente administrativas, judiciais (subdividindo-se nesse caso em julgados) e fiscais (subdividindo-se em almoxarifados) sob a alçada de um corregedor, delegado itinerante do rei. O quadro assim desenhado, diz Oliveira Marques, "contrariava em muitos aspectos a ordenação tradicional dos bispados, das freguesias, dos senhorios e dos concelhos, violando-a com limites aparentemente absurdos, que preferiam abstracções de base geográfica a realidades concretas de propriedade e de autoridade senhorial e religiosa. Era uma afirmação clara do poder central, impondo critérios de maior coerência administrativa geral, sobrepondo-se à tradição e aos interesses locais".²⁰

Aliás, basta pensar nos nomes das comarcas — já existentes, mas doravante consagrados pelo uso público — para se perceber que "nenhum deles tem nada que ver com antecedentes étnicos. Todos pressupõem uma administração central".²¹ Reportando-se à primeira descrição literária das seis províncias (o *De Ministerio Armorum*, ou *Livro dos Arautos*,²² de 1416), Suzanne Daveau concretiza até um pouco mais: por serem "todas de tipo locativo (...) estas designações só fazem sentido para um poder central já instalado na parte sul da orla litoral ocidental".²³

Vários outros autores insistem neste facto, mesmo com algumas discordâncias de pormenor. Para Leite de Vasconcelos, Trás-os-Montes é uma localização que tem origem no Minho, por vezes intitulado "aquém dos montes" e primeiro centro do expansivo reino de Portugal.²⁴ Um nascimento a norte do Douro está também associado à etimologia da Estremadura, como vimos,²⁵ mesmo que o gradual avanço da fronteira para sul e a conseqüente deslocação da sede do poder político acabem por condensar num único nome a variadíssima geografia da faixa costeira entre o Porto e Lisboa. Quanto à Beira, há desacordo: Mattoso sustenta que o nome se refere originariamente à fronteira com Leão e Castela, ou pelo menos a uma das suas partes, vindo depois a abranger toda a zona entre o Douro, o Tejo e a

Estremadura;²⁶ Suzanne Daveau, seguindo Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro,²⁷ afirma que era "a designação aplicada primeiro à orla (ou sopé) da Serra da Estrela, antes de se estender à maior parte do Centro de Portugal".²⁸ Em qualquer dos casos, o olhar significativo dirige-se a uma periferia, é um vector que nomeia, ordena e limita um espaço exterior. O mesmo se passa com Além-Tejo, que "aponta não só para a relação desta região com Lisboa enquanto centro nacional, mas também para a direcção da reconquista cristã do território", como lembra João Pina Cabral.²⁹

O Algarve, reino autónomo até no título do soberano comum, representa mais uma vez a excepção à lógica política desta onomástica, já que a palavra — o Ocidente, em árabe — remete para a herança do vasto mundo islâmico centrado no Mediterrâneo, herança em vias de se perder, e não para o triunfo do poder cristão chegado do Norte atlântico com a pesada bagagem da sua língua e da sua cultura. Língua e cultura ainda mal acomodadas nesta "zona de fronteira em processo de cristianização, autêntica colónia"³⁰ a que o numeramento das igrejas de 1320-1321 atribuíu o escassíssimo total de onze templos, na maioria pertencentes às ordens militares, em comparação com os 533 do actual distrito de Braga, os 24 de Lisboa, os 18 de Santarém ou os 15 da Covilhã.³¹

A caminho da centralização: os itinerários régios

Seja como for, a arquitectura das comarcas mostrou-se sólida e, mesmo com as subdivisões decorrentes do numeramento geral de 1527-1532,³² só seria substituída, em pleno século XIX, pelos distritos hoje existentes. Uma tal estabilidade não implica, contudo, que o Estado português passasse a ter *ipso facto* uma visão neutra e homogénea do conjunto do território, pela simples razão, entre outras, de que a corte continuava a ser itinerante. Ou seja, a administração dita central — à semelhança das suas congéneres da mesma época — não tinha uma sede fixa, mas diversas sedes preferenciais onde se instalava temporariamente pelos mais diversos motivos (cerimónias públicas, cortes, guerras, caça, embaixadas, casamentos, fuga da peste ou do calor, etc.).

Rita Costa Gomes sublinha que "a corte, sendo um espaço que a presença do rei define, constituía afinal um verdadeiro sistema espacial com o seu dinamismo próprio",³³ dinamismo que se caracteriza antes de mais pela mobilidade do centro físico e simbólico do poder. Ora essa mobilidade não atinge de igual modo o conjunto do território. Os vários itinerários régios que têm sido reconstituídos, e que formam já uma série bastante completa para os séculos XIII a XVI, mostram claramente que "o espaço vivido" pelos reis de Portugal privilegia certas vias de comunicação, e portanto certas regiões, em detrimento de outras.³⁴

É nítido, desde Afonso III, que a Coroa passa a demorar-se habitualmente em Santarém e Lisboa, percorrendo com afinco as velhas estradas romanas que ligam este corredor central a Coimbra e a Évora, também muito frequentadas, ao passo

que os prolongamentos Porto — Braga — Guimarães, por um lado, Coimbra — Guarda, por outro, e Évora — Elvas ou Évora — Beja, por fim, são muito mais ocasionais (ver mapa 2). E se os primeiros reinados “usam de preferência a grande via próxima do litoral atlântico”,³⁵ a tendência irá agravar-se nos séculos XIV e XV com a apertada cobertura residencial da Estremadura e das zonas periurbanas de Lisboa, Santarém, Coimbra e Évora, sem dúvida nenhuma “os quatro pólos principais nos percursos da corte”³⁶ (ver mapas 3 e 4).

Isto significa que vastas zonas do País, como Trás-os-Montes, a actual Beira Baixa, o actual Baixo Alentejo, o Algarve, podiam passar largas décadas ou até mais tempo sem receber qualquer visita real. O que distorcia evidentemente a percepção das diversas regiões por parte do poder.

A “empatia dos monarcas com a Baixa Estremadura” (na expressão de Amélia Aguiar Andrade) explica-se por vários motivos: a facilidade em chegar a qualquer ponto do território a partir daí, a densa rede de núcleos citadinos polarizados por Lisboa e Santarém, o apoio do poder concelhio, o dinamismo da economia urbana, a fraca implantação senhorial, a concentração do património régio, a aliança com o mosteiro de Alcobaça. Mas “a tendência à configuração de uma área de clara centralidade fazia-se obviamente à custa da constituição de periferias, as quais, tendo-o sido desde sempre devido às condições naturais — e sabe-se o quanto elas podem ser impositivas no isolamento de Trás-os-Montes ou do interior do Minho ou das Beiras —, surgiam agora reforçadas e sobretudo alargadas porque passavam a sê-lo em relação à tutela do poder régio, tanto mais que o monarca, tendencialmente mais sedentário, estanciava cada vez mais raramente fora da área central do reino”.³⁷

Esta hierarquia entre centro e periferias pode discernir-se também, como seria de esperar, na gramática militar do espaço. Conforme demonstraram Jorge Borges de Macedo e João Gouveia Monteiro,³⁸ a rede dos castelos medievais portugueses articula-se em três linhas longitudinais: uma, na fronteira, vai de Miranda do Douro a Castro Marim; outra, correndo pelo interior e acompanhando em parte a ordem da primeira, vai de Chaves a Tavira; a última, no litoral e defendendo a costa, vai de Caminha a Lisboa. O fim estratégico desta tripla barreira defensiva seria proteger a capital, que, na verdade, constituiu o principal objectivo da maior parte das invasões castelhanas durante o conturbado século XIV, quer pelo seu valor simbólico, quer pelo seu peso político, quer ainda pela sua centralidade.³⁹

É certo que o carácter de linha avançada das regiões fronteiriças lhes proporcionava uma especial atenção por parte da Coroa, como se pode verificar pela sistemática (re)construção dos castelos da raia levada a cabo por D. Dinis ou pela instituição dos “coutos de homiziados” a partir desse reinado e ao longo dos dois séculos seguintes.⁴⁰ Mas o progressivo corte dos laços económicos e culturais com Leão e Castela, provocado por esta reforçada condição de limbo defensivo da fronteira, e a consequente perda de população e dinamismo, num processo de lenta e inexorável desertificação que chegou até hoje, seriam o duro preço a pagar em troca.⁴¹

A hierarquização da sensibilidade do Estado: *De Ministerio Armorum*

Uma representação do território tão manifestamente distorcida teria de reflectir-se na literatura patrocinada pela corte. Com efeito, o primeiro documento não administrativo que refere a divisão de Portugal nas seis comarcas está já marcado pela hierarquização do espaço nacional. Trata-se do citado *De Ministerio Armorum* ou *Livro de Arautos* (como lhe chama Aires Augusto do Nascimento, o seu editor contemporâneo),⁴² um manual de heráldica escrito em latim, em 1416, para defender no palco internacional do Concílio de Constança uma visão geopolítica da Europa que sabemos muito próxima dos interesses expansionistas da Coroa, reafirmados um ano antes pela conquista de Ceuta.

Alguns indícios atestam essa proximidade. O autor anónimo dirige-se explicitamente a D. João I ao introduzir o capítulo sobre Portugal, “implorando a sua graça”.⁴³ Presta especial atenção a alguns dos infantes da família real, únicas personagens, além de santos e reis, a serem nomeadas: D. Pedro, duque de Coimbra; D. Henrique, duque de Viseu; D. Afonso, “naturalis filius regis” e conde de Barcelos. Toda a sua arquitectura da história coincide com a da realeza, ordenando-se em torno dos memoráveis feitos do “invictíssimo e sereníssimo senhor D. João” e dos seus ascendentes, em particular nos emblemáticos momentos do milagre de Ourique, da batalha do Salado, das guerras contra Castela no século anterior, da recente vitória em Ceuta. E, por fim (último e decisivo argumento), o seu mapa hierárquico do País é uma tradução fiel da crescente importância que o poder vinha atribuindo à região estremenha, desde há dois séculos, em detrimento das restantes.

Cruzando uma série de informações pré-definidas, quase como a grelha de um questionário, a obra começa efectivamente a sua lista pela Estremadura, que “tem este nome de extremada porque é a melhor, a mais rica e a mais forte de todas as regiões do reino”.⁴⁴ À excepção desta etimologia fantasiosa, o programa descritivo que se segue virá também a aplicar-se às demais províncias, com um padrão minucioso que permitirá a Orlando Ribeiro cartografar os dados fornecidos para cada uma delas (ver mapa 5). Ou sejam, os seus limites, definidos da forma tradicional (sobretudo pelos rios ou outros acidentes naturais), “as suas grandezas”, que consistem em indicadores de prestígio (dimensão e número das cidades, rendimento eclesiástico, títulos da nobreza, presença de grandes mosteiros ou sedes das ordens militares, posse de relíquias famosas, ocorrência de acontecimentos históricos ou lendários), e, por fim, com um empolamento muito estereotipado, o seu tráfego comercial e as riquezas agrícolas e minerais.

Assim, à cabeça da lista vem a Estremadura e à cabeça desta “a nobre cidade metropolitana de Lisboa, a mais insigne de todas as outras do reino”, com as relíquias de S. Vicente, “um castelo forte e inexpugnável” e um movimentado porto marítimo. Segue-se Santarém, onde estão enterrados “os corpos de Santa Irene e de muitas outras virgens” e “o trigo, um mês e meio depois de ter sido semeado, está maduro para ser colhido” (tópico herdado dos geógrafos muçulmanos, que chegam a comparar a fecundidade dos campos ribatejanos à das margens do Nilo).⁴⁵ Coimbra, a terceira cidade da região, não ostenta relíquias célebres, mas tem dois

importantes centros religiosos: a sé, onde “costumam ser coroados os reis”, e o mosteiro de Santa Cruz, “onde estão sepultados a maior parte dos reis”. Apesar da inexactidão deste dado, que na verdade só se aplica a Afonso Henriques e ao seu filho Sancho I, a ligação entre o cenóbio e a memória régia é reforçada pela presença do “escudo que se diz ter pertencido ao primeiro rei cristão de Portugal” e que teria caído por terra quando este morrera. Na província, mencionam-se ainda o condado de Ourém, o rico mestrado da Ordem de Cristo em Tomar e o não menos rico mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

A Beira recebe uma atenção muito centrada nas suas cidades e comunidades religiosas mais setentrionais: Guarda, Viseu, Lamego, S. João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas e S. Pedro de Arouca.⁴⁶ Note-se que estes três mosteiros, tal como o de Alcobaça, pertencem aos cistercienses, ordem especialmente protegida pela corte portuguesa. Não há qualquer referência à parte meridional da região, o que está de acordo, como vimos, com o desigual interesse que os itinerários régios parecem demonstrar por ela, embora se assinalem as suas “muitas serras, a maior das quais se chama Serra da Estrela”.

Trás-os-Montes é a província descrita mais fugazmente.⁴⁷ Não apresentando cidades (pelo menos no sentido que se dá então a esta palavra), uma vez que não tem qualquer sé episcopal e dependerá de Braga até à criação da diocese de Miranda do Douro em 1545, não lhe é apontado, por isso, nenhum pólo ordenador. O que não quer dizer que não o(s) possua, mas apenas que o poder central olha para este território com escassa atenção política. Tanto mais que só em raras ocasiões — cada vez mais raras, à medida que se vai empenhando numa expansão insular e africana cujas bases de apoio estão no sul do país — se desloca a esta periferia pobre e distante.

Já o Entre-Douro-e-Minho merece vistas mais demoradas, quer sobre os rios que lhe condicionam a geografia física e humana — os que lhe dão o nome, mas também o Lima, o Cávado, o Ave e o Tâmega —, quer sobre as suas cidades: Braga, “sede arquiépiscopal e primaz das Espanhas”, onde se encontram sepultados “vários corpos de santos mártires e confessores”, e o Porto, “sede de bispado que tem muitas riquezas, homens de negócio e navios de grande carregamento”.⁴⁸ Estranhamente, e enquanto se refere o condado de Barcelos, não há nenhuma menção a Guimarães, assistindo-se, pelo contrário, a uma espécie de transferência do seu peso histórico para a urbe portuense. Segundo o texto, daqui “tomou o nome o reino de Portugal, pois esta cidade foi tomada aos sarracenos muito tempo antes das outras do reino e já então se chamava condado de Portugal. Por intervenção da graça de Deus, D. Afonso, então conde, e outros barões desbarataram os reis sarracenos e tomaram-lhes as outras províncias existentes no mesmo reino. É por isso que quase todos os nobres do reino tiveram origem nesta região.” Eis-nos, talvez, perante a primeira consagração explícita da imagem de um Minho senhorial e conquistador como núcleo do nascimento de Portugal que a história viria a retomar incessantemente até aos nossos dias.⁴⁹

Imagem que a obra relaciona também com a província que se segue: o Alentejo.⁵⁰ Terreno mítico da secular luta contra o Islão, é aqui que se trava a batalha de Ourique, cenário da aclamação real de Afonso Henriques e da escolha das armas

nacionais e acontecimento apresentado pela primeira vez como lenda providencialista e cristológica justamente no *Livro de Arautos*.⁵¹ Mas não se trata do único caso em que a informação militar caracteriza a região. Logo de entrada, ficamos a saber que “para além do Guadiana [na margem esquerda, diríamos hoje] há castelos pertencentes ao reino de Portugal”, o que nos lembra a divisão apontada no testamento de D. Dinis. Sem grandes mosteiros e contando apenas uma cidade episcopal, Évora, os pontos de referência — para além do condado de Viana — são os mestrados das ordens guerreiras de Santiago (em Palmela) e do ramo português de Calatrava (em Avis), bem como o priorado de S. João do Hospital (no Crato).

Acrescente-se o contacto recente com uma natureza em que a presença do homem é escassa e a velha herança de uma cultura em que a presença da fábula é grande, e teremos o vago aspecto de fronteira da civilização, de mundo ao mesmo tempo estranho e promissor, fantástico e perigoso, que o texto nos transmite da província. “É mais plana e mais quente que todas as outras regiões do reino. É fértil em tudo, mas especialmente em trigo que se conserva em silos durante 15 anos ou mais, perfeito e em bom estado, o que constitui uma grande riqueza. Por ela pastam animais selvagens de todo o género. (...) À beira-mar, encontra-se na areia ouro puro, em forma de palhetas, o qual, segundo dizem, é arrastado de veios de ouro”.

A origem desta curiosa informação remonta certamente aos muçulmanos, pois já a crónica de Ahmede Arrazi, no século X, a avança para explicar o nome de Almada (a mina, em árabe).⁵² Tal como outras lendas que transitaram das fontes islâmicas para as cristãs — e que também a Antiguidade clássica associava ao extremo ocidental do mundo conhecido⁵³ —, não sabemos, porém, quais as etapas desse caminho e o processo de deslocação para o litoral alentejano no *Livro de Arautos*.⁵⁴ Tendo em conta a proximidade dos cenários, talvez a difusão popular de um mito “etimológico”, preservado e deformado com variantes locais e recolhido em meios e momentos diversos, possa explicar o afastamento das duas versões.⁵⁵

E, por último, o Algarve, assumindo a condição de ser um verdadeiro reino e não outra província portuguesa. O texto dá-nos a entender, contudo, que esta questão se tornara ao tempo simplesmente nominal.⁵⁶ Mais de um século depois do testamento de D. Dinis, a integração realizou-se, sobretudo, pela soberania do mesmo monarca, sublinhando-se que “este reino pertence à coroa do sereníssimo rei de Portugal” e que “o actual príncipe destes reinos é o sereníssimo e invictíssimo senhor D. João, rei de Portugal e do Algarve”.

De resto, a região merece um tratamento tão rápido e esquemático como o de outras periferias, sendo visíveis algumas similitudes com o Alentejo.

Tal como este, tem apenas uma cidade, Silves, e uma produção agrícola condicionada pelo calor — açúcar, tâmaras e “outra fruta excelente” (figos e uvas) —, que exporta.

Outro ponto em comum: também aqui o maravilhoso parece ser o principal recurso para explicar a história. Veja-se o exemplo do cabo de S. Vicente, um dos “dois muito extensos” em que “este reino entra pelo mar” (o outro, não nomeado, é o de Santa Maria de Faro) e que se chama assim “porque aí foi encontrado milagrosamente só, por dois corvos, numa embarcação, o corpo de S. Vicente. Destes corvos, ainda nesse lugar se encontra memória nos seus descendentes, pois que desde

essa altura sempre aí houve e há dois corvos que, quando algum peregrino vem àquele santuário, vão ao seu encontro e seguem à sua frente até lhe mostrar a igreja onde o corpo do santo esteve sepultado. "Tal como a recordação dos veios de ouro na costa alentejana, o nascimento — ou o crescimento — desta antiquíssima lenda deve situar-se sob o domínio islâmico, possivelmente nas comunidades moçárabes que permaneceram na região depois da fulminante invasão do século VIII.⁵⁷

É o que se pode inferir de uma passagem de Edrici, geógrafo muçulmano do século XIII que, ao mencionar o santuário, afirma o seguinte: "Esta igreja não experimentou mudança alguma desde a época dos primeiros cristãos. Possui riquezas que emprega em esmolas e que lhe são doadas pelos cristãos. (...) A maior parte destas riquezas foi recolhida em diferentes partes do Garbe. (...) Sobre a cumeeira do edifício estão dez corvos: ninguém sabe porque estão ali, nunca ninguém pôde verificar a sua falta. Os padres que servem a igreja contam destes corvos coisas maravilhosas, mas não se acreditaria em quem as repetisse".⁵⁸

Com ceticismo ou credulidade, consoante a religião, a verdade é que S. Vicente e o seu cabo marcam a geografia e a identidade algarvias. Mas marcam também, e talvez mais profundamente, as velhas relações de domínio entre mouros e cristãos. A Coroa, no *Livro de Arautos*, não se limita a reconhecer este facto — consagra-o, celebrando a transferência física das relíquias para Lisboa, "trazidas do reino do Algarve com grande solenidade" após a conquista da cidade, e reforçando assim, simbolicamente, o poder e o prestígio do novo centro do território. Outra maneira, afinal, de converter o Algarve numa periferia conquistada.⁵⁹

Conclusão: o passado e o presente

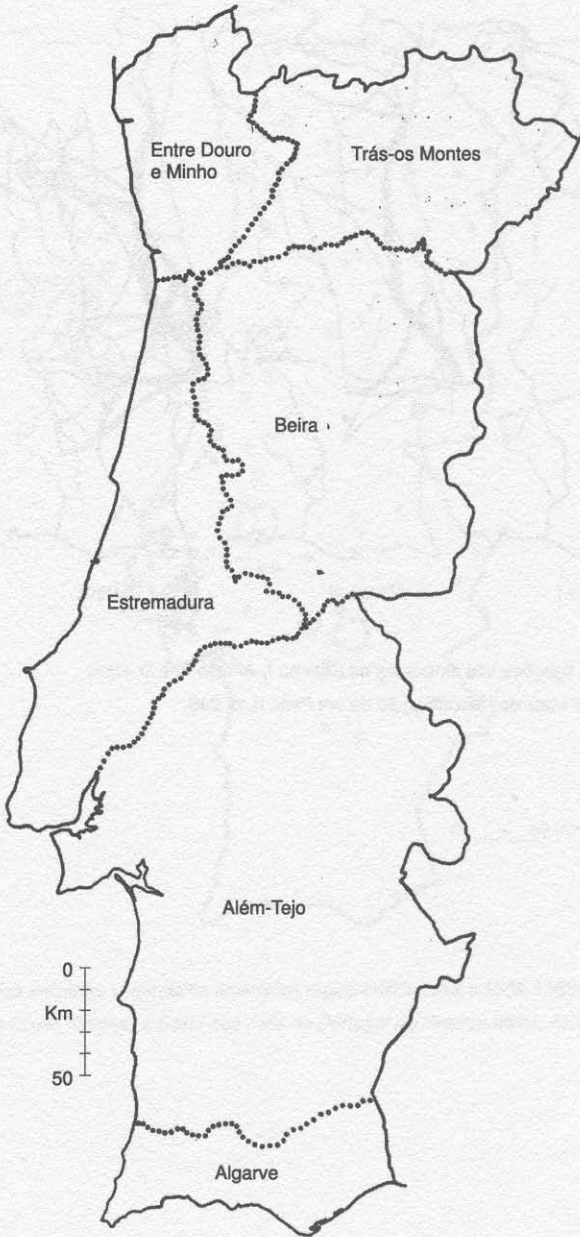
Analisando o mapa administrativo, os itinerários e a literatura associados à realeza entre o final do século XIII e o princípio do século XV, como fizemos até aqui, há uma tendência que parece cada vez mais clara: a constituição de uma área central de maior interesse para o Estado, que coincide em traços largos com o corredor litoral entre o Porto e Lisboa, e a correspondente subalternização das outras zonas do País, assim transformadas em periferias mais ou menos afastadas dos centros superiores de decisão. Esta tendência irá, aliás, acentuar-se nos séculos seguintes com o crescente protagonismo da capital, fruto da progressiva sedentarização do poder e do papel privilegiado do seu porto na construção do império ultramarino.⁶⁰

É um fenómeno de longa duração, de dimensões sobretudo políticas, mas que acabará por marcar a história de Portugal em todos os seus aspectos até chegar aos nossos dias. Não será difícil procurar neste contexto algumas das características actuais do território: a tão denunciada macrocefalia, a ausência de cidades de média dimensão, o desequilíbrio demográfico e económico entre o litoral e o interior, a incapacidade de fixar populações e investimentos fora das grandes áreas metropolitanas, a concentração das instâncias supremas do poder na capital.

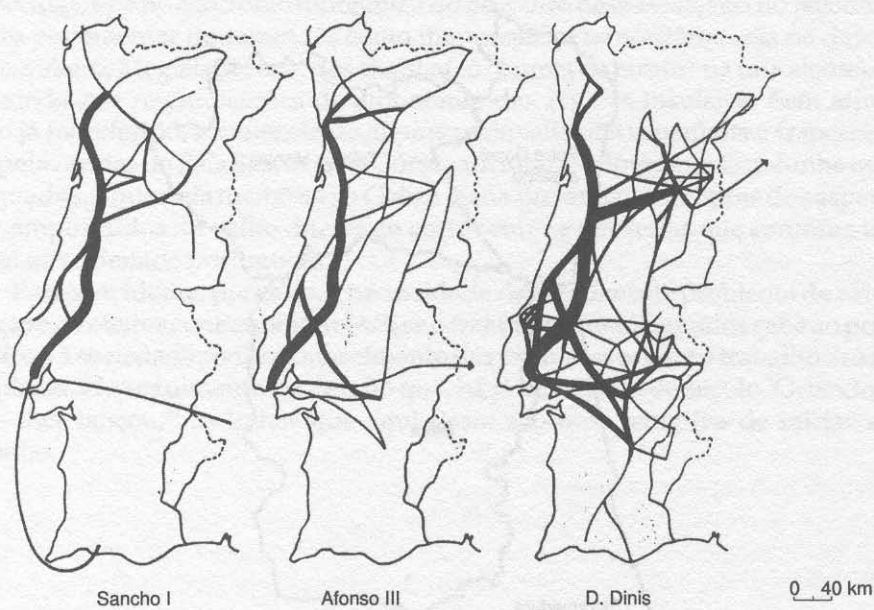
As tensões regionalistas que isso tem provocado nos últimos anos são bem

conhecidas, seja no confronto inorgânico do desporto de massas, seja no reconhecimento parlamentar do mirandês como língua oficial minoritária, seja na desobediência aberta à legislação sobre os chamados "touro de morte" na raia alentejana, seja ainda nas reivindicações de autonomia das regiões insulares. Sem atingir, como já foi referido, a violência de alguns regionalismos espanhóis e franceses (a luta pelas armas no País Basco ou na Córsega, a luta pela língua na Catalunha ou no Languedoc, a luta pela memória na Galiza ou na Bretanha), eis alguns dos aspectos mais amplificadas do velho diferendo entre centro e periferias que continua a viver-se na sociedade portuguesa.

Parece evidente, portanto, a necessidade de estudar este problema de causas antigas e de efeitos contemporâneos. E se o tratamento dos segundos cabe ao poder político e à sociedade civil, o conhecimento das primeiras espera o trabalho dos historiadores. No seguimento do desafio que, há já um quarto de século, Orlando Ribeiro lhes lançou,⁶¹ as linhas que aqui ficam são uma tentativa de iniciar esse caminho.

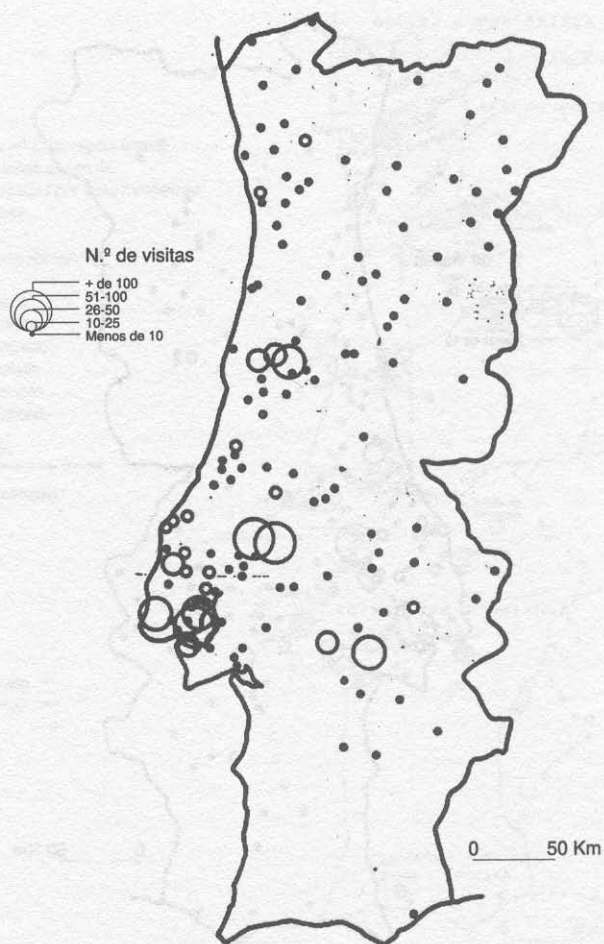


Mapa 1 Divisão administrativa de Portugal em comarcas no século XIV
Fonte: extraído de A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 297.



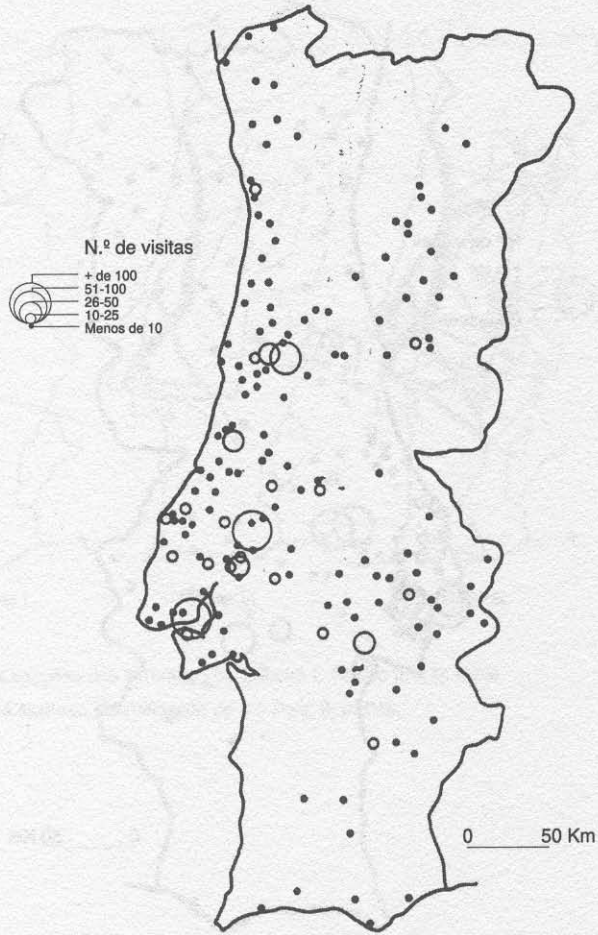
Mapa 2 Fluxo das ligações dos itinerários de Sancho I, Afonso III e D. Dinis

Fonte: extraído de José Mattoso, *Identificação de um País*, II, p. 245.



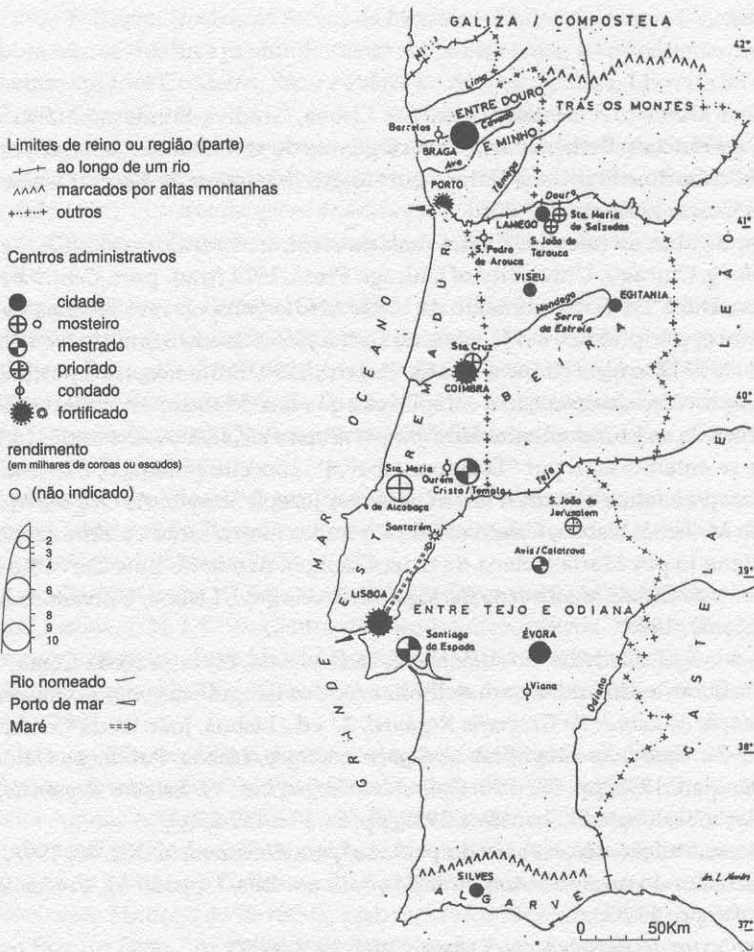
Mapa 3 Localidades visitadas segundo os itinerários régios (1325-1342 e 1360-1383)

Fonte: extraído de Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, p. 247.



Mapa 4 Localidades visitadas segundo os itinerários régios (1385-1448)

Fonte: extraído de Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, p. 248.



Notas

- 1 Ver José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva-Fundação Mário Soares, 1998, e Francisco Bethencourt, "A sociogénese do sentimento nacional", em Diogo Ramada Curto e Francisco Bethencourt (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, pp. 473-504.
- 2 A grande obra de referência nesta matéria continua a ser Edward Shils, *Center and Periphery*, Chicago, University of Chicago Press, 1974 (trad. port. *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel, 1992). No contexto da Idade Média europeia, ver Jacques Le Goff, "Centre et périphérie", em Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval*, Paris, Fayard, 1999. Entre nós, foi a partir deste duplo processo de oposição e composição que José Mattoso articulou os dois volumes da sua fundamental *Identificação de um País*, Lisboa, Estampa, 1985. Sobre o que se entende aqui por "Estado medieval", conceito polémico, não muito exacto e utilizado à falta de melhor alternativa, ver Joseph Strayer, *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s.d., e o muito interessante volume colectivo, coordenado por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999.
- 3 *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 188. Sobre a dificuldade em delimitar regiões geográficas, ver, do mesmo autor, *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, 2.ª ed., Lisboa, João Sá da Costa, 1995, pp. 39-74; *Opúsculos Geográficos. I. Síntese e Método*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 333-390; *Opúsculos Geográficos. VI. Estudos Regionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 11-50 e 159-230.
- 4 "A reconstituição dos espaços do passado", em *Finisterra*, XXXII, 63, 1997, p. 70. Ver também do mesmo autor, *Identificação de um País*, I, pp. 25-61, e *A Identidade Nacional*, pp. 43-83.
- 5 *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 97.
- 6 *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.
- 7 Cit. por João Pina Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, p. 104.
- 8 "A divisão regional de Portugal. Elaboração progressiva de um sistema geográfico de divisão", *Opúsculos Geográficos*, VI, p. 159.
- 9 *La Région, Espace Vécu*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976 (trad. port. *A Região, Espaço Vivido*, Coimbra, Almedina, 1980).
- 10 "Território", em *Enciclopédia Einaudi. 8. Região*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 266.
- 11 *L'Identité de la France. Espace et Histoire*, Paris, Flammarion, 1990, p. 75.
- 12 Ver Brian Juan O'Neill, "Espaços sociais e grupos sociais no nordeste transmontano", em Brian Juan O'Neill e Joaquim Pais de Brito (org.), *Lugares de Aqui*, Lisboa, D. Quixote, 1991, pp. 141-166; Filomena Silvano, *Territórios da Identidade. Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta, 1997; Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, D. Quixote, 1997; António Firmino da Costa,

- Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta, 1999. Embora não se debruce profundamente sobre este tema, há apontamentos pioneiros em José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, pp. 179-195.
- 13 Para um exaustivo e recente ponto da situação, ver Bernardo de Sá Nogueira, "O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)", em Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal. I. Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Círculo de Leitores — Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 142-201.
- 14 Ver Suzanne Daveau, *Portugal Geográfico*, pp. 100-101 e 106; Id., "Comentários e actualização", em Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal. III. O Povo Português*, 2.ª ed., Lisboa, João Sá da Costa, 1996, pp. 689-698; José Mattoso, *Identificação de um País*, II, pp. 177-196; Id., *A Identidade Nacional*, pp. 43-83, José Mattoso e Suzanne Daveau, *Portugal. O Sabor da Terra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 16-22.
- 15 José Mattoso, *Identificação de um País*, II, p. 190. O documento, que se perdeu, é reproduzido por Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, V, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, p. 331.
- 16 Ver João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, I. N. I. C. — Centro de Estudos Geográficos, 1986, e Stéphane Boisselier, *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale Entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe.-XIVe. Siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- 17 Ver Orlando Ribeiro, "Uma região portuguesa do Norte e do litoral: o Minho" e "Apontamentos sobre Trás-os-Montes", *Opúsculos Geográficos*, VI, pp. 259-317; Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Lisboa, Universidade Nova, 1994 (tese de doutoramento); Id., "Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: uma relação de amor e ódio", *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 96-104; Nuno Pizarro Dias, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", em *Cadernos do Noroeste*, 3, n.º 1 e n.º 2, 1990, pp. 81-102; José Mattoso, "A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença", *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 171-195; José Marques, *Relações Entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Lisboa, JNICT-Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, sobretudo pp. 11-64.
- 18 *Portugal Geográfico*, p. 106.
- 19 Sobre a organização territorial portuguesa nos séculos XVIII e XIX, ver Nuno Gonçalo Monteiro, "Poder local e corpos intermédios: especificidades do Portugal moderno numa perspectiva histórica comparada", em Luís Espinha da Silveira (coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 47-61; Ana Cristina Nogueira da Silva, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, Lisboa, Estampa, 1998; Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997. Sobre a origem do nome "Extremadura" no contexto espanhol, ver Bonifacio Palacios Martín, "Orígenes de la conciencia regional extremeña: el nombre y el

- concepto de Extremadura”, *Alcántara*, 3.^a época, 13-14, 1988, pp. 9-22; Id., “La frontera del Duero. Puntos de vista sobre el origen de la Extremadura leonesa”, em Miguel Ángel Ladero Quesada e outros, *Castillos Medievales del Reino de León*, s. l., Hullera Vasco-Leonesa, 1998, pp. 47-60.
- 20 Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal. IV. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 296.
- 21 José Mattoso, *A Identidade Nacional*, p. 73.
- 22 Aires Augusto do Nascimento (org.), *Livro de Arautos*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977 (tese de doutoramento).
- 23 *Portugal Geográfico*, p. 106.
- 24 Ver *Etnografia Portuguesa*, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941, pp. 48, 56-57 e 105.
- 25 Ver nota 19.
- 26 Ver *A Identidade Nacional*, p. 73.
- 27 Ver “Divisões tradicionais de Portugal segundo Leite de Vasconcellos”, *Opúsculos Geográficos*, VI, p. 171.
- 28 *Portugal Geográfico*, p. 106.
- 29 *Os Contextos da Antropologia*, p. 98.
- 30 A. H. de Oliveira Marques, “Para a história do Algarve medieval”, em *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal, 1987, pp. 55-60. Sobre a Reconquista do Alentejo e do Algarve, ver nota 16.
- 31 Estes números, juntamente com as referências do documento em causa, são apresentados e comentados por A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, pp. 16-19. Bernardo de Sá Nogueira, em “O espaço eclesiástico em território português”, pp. 192 e 201, contabiliza, a partir de outras fontes, um número ligeiramente diferente de igrejas algarvias para a mesma época, acrescentando três (Lagos, Porches e Paderne) não incluídas no citado numeramento.
- 32 Ver Joaquim Romero de Magalhães, “O enquadramento do espaço nacional”, em José Mattoso (dir.), *História de Portugal. III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 35-42.
- 33 *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 255. Ver também, para um enquadramento mais geral, Jacques Revel, “Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX”, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 103-118.
- 34 Ver João José Alves Dias, “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XV, 1980, pp. 453-519; Virgínia Rau (dir.), *Itinerários Régios Medievais. I. Itinerário d’el-rei D. Dinis. 1279-1325*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos do I. A. C., 1962; Pedro de Azevedo, “A Chancelaria de D. Afonso IV”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, VI, 1912, pp. 180-199; Maria Teresa Campos Rodrigues, *O Itinerário de D. Pedro I. 1357-1367*, sep. de *Ocidente*, LXXXII, Lisboa, 1972; Id., *Itinerário de D. Fernando. 1367-1383*, sep. de *Bracara Augusta*, XXXII, 73-74, Braga, 1978; Humberto Baquero Moreno, *Os Itinerários de El-Rei D. João I (1384-1433)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988; Id., *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, 1976; Id., *Os Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*, sep. da *Revista das Ciências do Homem*

- da Universidade de Lourenço Marques, I, série B, 1968; Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1488)*, Lisboa, 1975.
- 35 José Mattoso, *Identificação de um País*, II, p. 187.
- 36 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, p. 249. Ver também, da mesma autora, "Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI", em Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes (coord.), *Lugares de Poder. Europa. Séculos XV a XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105. Sobre as entradas régias, afinal uma das principais manifestações públicas da corte como "sistema espacial", ver Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., e Bernard Guenée e François Lehoux, *Les Entrées Royales Françaises de 1328 à 1515*, Paris, Editions du CNRS, 1968.
- 37 Amélia Aguiar Andrade, "Estado, territórios e administração régia periférica", *A Construção Medieval do Território*, pp. 57-58. Ver também, da mesma autora, "O papel da Estremadura na formação e consolidação do Portugal medieval", *Ibid.*, pp. 106-115.
- 38 Ver *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri, 1999, pp. 23-28.
- 39 Ver A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, pp. 499, 513, 517, 521, 531, 533 e 537.
- 40 Ver Rita Costa Gomes, "A construção das fronteiras", em *A Memória da Nação*, pp. 370-371; Mário Jorge Barroca, "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", *Revista da Faculdade de Letras — História*, Porto, XV, 1998, pp. 801-822; Humberto Baquero Moreno, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa", *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Lisboa, Presença, 1986, pp. 93-138.
- 41 Ver Suzanne Daveau, *Portugal Geográfico*, p. 103.
- 42 Ver nota 22.
- 43 *Livro de Arautos (LA)*, p. 248.
- 44 *LA*, p. 248 ss.
- 45 Ver António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, I, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 1989, pp. 48 e 61, e Manuel Sílvio Conde, "Madinat Shantarín. Uma aproximação à paisagem da Santarém medieval (séculos X-XII)", *Horizontes do Portugal Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1999, pp. 41-84.
- 46 *LA*, pp. 252 ss.
- 47 *LA*, p. 254.
- 48 *LA*, pp. 254 ss.
- 49 Ver José Mattoso, *Identificação de um País*, II, pp. 21-24; Id., *A Identidade Nacional*, pp. 62-68; Id., "A primeira tarde portuguesa", *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, pp. 11-36; Orlando Ribeiro, *Geografia de Portugal*, III, pp. 660-698; Suzanne Daveau, *Portugal Geográfico*, pp. 100-101. Saliente-se, no entanto, que esta visão historicista do território nacional é já sugerida pela literatura genealógica anterior, como mostrou Luís Krus em "O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII", *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 197-207, e em *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994.

- 50 LA, pp. 256 ss.
- 51 Ver Ana Isabel Buescu, "Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique", em *A Memória da Nação*, pp. 49-69; Luís Krus, "Ourique", *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, II, Lisboa, Alfa, 1985, p. 66; Aires Augusto do Nascimento, "O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416", *Revista da Faculdade de Letras*, 4.ª série, n.º 2, Lisboa, 1978, pp. 365-374; Luís Filipe Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Revista da Faculdade de Letras*, XXIII, 3.ª série, n.º 1, Lisboa, 1957, pp. 168-215.
- 52 Ver António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, I, p. 49. Sobre a mineração durante o período islâmico, ver Cláudio Torres, "O Garb-Al-Andaluz", José Mattoso (dir.), *História de Portugal. I. Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 388-390.
- 53 Seria fascinante conhecer tais casos de apropriação simbólica, mas infelizmente os estudos, neste como noutros subterrâneos da nossa desatendida herança islâmica, quase não existem. Apesar de abordarem o assunto de forma indirecta, ver Luís Krus, "Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da Reconquista", *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, pp. 103-128, e Ron Barkai, *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval. El Enemigo en el Espejo*, Madrid, Rialp, 1984. Sobre a tradição greco-latina neste domínio das estruturas mentais e, portanto, da longa duração, ver AA. VV., *La Imagen de España en la Antigüedad Clásica*, Madrid, Gredos, 1995.
- 54 Uma dessas etapas terá sido a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que em grande parte dos seus capítulos iniciais segue mais ou menos fielmente a célebre tradução da *Crónica do Mouro Rasis*, como recordam Luís Filipe Lindley Cintra (org.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951, pp. LI-LXIV e CCCXXX-CCCLI, e Luís Krus, "Crónica Geral de Espanha de 1344", em Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 189-190.
- 55 Aliás, o afastamento é relativo, uma vez que a expressão "à beira-mar" pode reportar-se a qualquer ponto da costa entre Setúbal e a Caparica (ou mesmo mais perto de Almada, na "outra banda"), costa essa que, no contexto, faria parte do Alentejo. Sobre as implicações da passagem de uma memória oral à escrita, ver Walter J. Ong, *Orality and Literacy*, Londres, Methuen, 1982; Jack Goody, *A Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Presença, 1988; Claude Lévi-Strauss, *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70, 1989, pp. 53-64. Em perspectiva histórica, o problema foi magistralmente analisado por Paul Veyne, *Acreditaram os Gregos nos Seus Mitos?*, Lisboa, Edições 70, 1987, e por Eric Havelock, *A Musa Aprende a Escrever*, Lisboa, Gradiva, 1996, mas as principais sínteses continuam a ser Jacques Le Goff, "Memória", em *Enciclopédia Einaudi. 1. Memória — História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50, e Peter Burke, "A história como memória social", *O Mundo Como Teatro*, Lisboa, Difel, 1992, pp. 235-251. Para a época medieval, ver Marc Bloch, "A vida além-túmulo do rei Salomão", *História e Historiadores*, Lisboa, Teorema, 1998, pp. 199-223; Jacques Le Goff, *Para um Novo Conceito de Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1979, pp. 205-261; Michael T. Clanchy, *From Memory to Written Record*, Londres, Edward Arnold, 1979;

- Paul Zumthor, *La Lettre et la Voix*, Paris, Seuil, 1987. No caso português, ver Luís Krus, "Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III" e "Uma variante peninsular do mito de Melusina", *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, pp. 129-141 e 171-198; Odília Gameiro, *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O Passado da Linhagem dos Senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 175-195; Pere Ferré, "A memória do Romanceiro", em *A Memória da Nação*, pp. 391-401; João David Pinto Correia, *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993.
- 56 LA, pp. 258 ss.
- 57 Sobre este tema, ver José Mattoso, "Os moçárabes", *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, especialmente pp. 24-26.
- 58 António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, I, p. 67.
- 59 Ver Luís Krus, "S. Vicente e o mar: das relíquias à moeda", *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, pp. 145-146.
- 60 Ver Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento do espaço nacional", pp. 50-59.
- 61 Refiro-me concretamente a uma obra cujo subtítulo é tão justo como acusador: *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.